



**A CASA DO PEQUENO JORNALEIRO, PRONTUÁRIOS E HISTÓRIA DA
INFÂNCIA: REFLEXÕES A PARTIR DE UM ESTUDO DE CASO
(CURITIBA, 1960-1978)**

NICOLLE TANER DE LIMA¹

RESUMO: Nesta comunicação apresentar-se-á algumas reflexões acerca do uso de prontuários como fontes para a História da Infância, a partir de questões suscitadas em minha pesquisa de mestrado que possui como fontes principais os prontuários de meninos abrigados na Casa do Pequeno Jornaleiro de Curitiba, entre os anos de 1960 e 1978. Criada em 1943, durante o governo Vargas e do interventor Manoel Ribas, a CAPEJO se destinava a acolher meninos e adolescentes que exerciam a função de vendedores de jornais pelas ruas da cidade, prestando-lhes assistência educacional e material. Considerados abandonados material ou moralmente pelo Juizado de Menores, logo que adentravam à instituição, recebiam um número de identificação e passavam por uma espécie de triagem. Nesses prontuários - pequenas fichas de cor amarela em papel-cartão - eram inseridas as informações mais básicas (mas não pouco complexas) desde o momento de entrada até o de desligamento; junto a certidões de nascimento, fotografias 3x4, trocas de ofício entre a instituição e o Juizado, diplomas de datilografia, bilhetes dos familiares ou transcrições da entrevista com a/o responsável, cada menino possuía um pequeno dossiê de conteúdo variável. Apesar de que prontuários são comumente relacionados à questão médica, psicológica e psiquiátrica, em instituições de abrigo, assistência ou ainda, de “Correção e Reforma”, socioeducativas ou de reclusão, o processo de identificar e categorizar ocupa posição fundamental nos procedimentos institucionais. São fontes riquíssimas, que permitem diversas interpretações. Referenciando-me nos estudos sobre prontuários e laudos, principalmente relacionados a História da Psiquiatria no Brasil, para compreender a frutuosidade dessas documentações, assim como buscando referências na Sociologia e Antropologia, na tentativa de analisar os dados quantitativos, procurei transpor alguns desses campos e suas metodologias para as discussões sobre as infâncias. A partir de um corpo documental que inclui 98 prontuários, pude não só investigar sobre os meninos trabalhadores chamados pequenos jornaleiros da capital paranaense, mas refletir sobre a potencialidade dessas fontes para a História da Infância, pensando também nos desafios éticos que se desdobram à medida em que se acessa mais uma e outra história, de um e outro garoto que cantava as manchetes dos principais jornais da cidade. Apesar de ser uma visão institucional acerca da origem, família e características físicas, a documentação permite não só desvelar questões sobre uma instituição pouco estudada e conhecida, sobre meios de categorizar e normatizar meninos através da disciplina, mas também sobre as infâncias dos grupos populares de Curitiba, que estiveram durante tanto tempo às margens da sociedade, bem como da História.

¹ Mestranda no Programa de Pós-graduação em História da Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC), orientada pela Professora Doutora Silvia Maria Fávero Arend. e-mail: nicolletaner@gmail.com

Palavras-Chave: História da Infância; Prontuários; Fontes

Introdução

No ano de 2013, tive contato com fotografias que me levaram por novos caminhos. No início, o encantamento por fotografias belas, de meninos vendendo jornais em meio a geada fria dos meses de julho, nas ruas de Curitiba. Quem eram, como trabalhavam e para quem, de onde vinham, como viviam – foram algumas de minhas primeiras questões. Contando com a ajuda de um professor, os identifiquei: *meninos da Casa do Pequeno Jornaleiro*.

Durante sessenta anos essa casa e esses meninos fizeram parte do dia-a-dia dos paranaenses e havia apenas dois trabalhos acadêmicos sobre ela.² Ao lê-los, compreendo um pouco mais sobre essa instituição, sobre seus internos. Buscas na internet, procura em arquivos e bibliotecas. E então recebo a informação de que o Arquivo Municipal de Curitiba acabara de receber caixas e caixas de documentações sobre a CAPEJO e seus internos.

Foi a primeira vez que realizei uma pesquisa com prontuários. Ao olhá-los, tocá-los, mesmo que separados por luvas, meu primeiro sentimento foi admiração, curiosidade – por cada letrinha miúda, por toda história descrita e guardada naquelas pastas em papel pardo. O segundo: insegurança. Como trabalhar com fontes tão diferentes das quais eu me acostumara a investigar? Como acessá-las, problematizá-las? De que modo inseri-las em uma discussão ampla sobre a infância institucionalizada no Paraná? “(...) Tudo que é perceptível pode ser utilizado como fonte se o historiador formular a questão adequada” nos diz Antoine Prost (2008, p. 76) Essas foram algumas que formulei quando dava os passos iniciais de uma pesquisa que agora toma corpo em forma de dissertação, e que apresenta aqui algumas reflexões sobre o uso de prontuários como fonte para a História, principalmente, para a História da Infância.

A Casa do Pequeno Jornaleiro: situando a instituição e o recorte temporal

² Trata-se da monografia de conclusão de curso e da dissertação de mestrado de Welson Luis Pereira.

A Casa do Pequeno Jornaleiro de Curitiba (CAPEJO) existiu em Curitiba entre os anos de 1943 e 2002 e foi idealizada pela esposa do interventor Manoel Ribas, D. Anita Ribas. A partir da moralização pelo trabalho, uma estratégia pedagógica no combate ao que se chamava à época de “delinquência infanto-juvenil”; através da religião, educação, saúde e disciplina, pretendia organizar meninos que já exerciam a função de vendedores de jornais que labutavam pelas ruas da cidade, e não eram bem vistos pela sociedade, como expressa a crônica de Heitor Stockler de França transcrita no relatório da Casa do Pequeno Jornaleiro de 1960:

(...) os garotos dos jornais de Curitiba, eram um verdadeiro bando de garotos mal-educados, audaciosos e até insuportáveis. Nada respeitavam e, insolentemente, afrontavam os pacatos costumes da cidade. (CASA DO PEQUENO JORNALEIRO. **Relatório anual de 1960**. Curitiba, 1960. p. 22)

A instituição pretendia, segundo seu estatuto “amparar, educar e encaminhar os menores vendedores de jornais, prestando-lhe assistência material, moral e intelectual” (Extrato dos Estatutos CAPEJO, 1942). Era um prédio de três andares localizado na rua Saldanha Marinho, no coração da capital paranaense. Os meninos eram internos, destituindo-se o poder paterno (enviados de outras instituições ou através de colocação dos próprios familiares) e a instituição tornava-se sua responsável. Os garotos vendiam jornais e revistas pela manhã e à tarde, e à noite iam para a escola, situada na própria sede da CAPEJO. Com uma rotina controlada e rígida, havia os horários para levantar-se, banhar-se, vestir-se, sair para o trabalho, realizar as refeições, estudar, dormir – até o horário para o lazer era definido.

A instituição, em comparação a outras organizações e institutos, do Estado, religiosas e civis, era singular. Na mesma delimitação temporal e espacial, havia instituições de abrigo e assistência à orfandade e havia as de reclusão para crianças e jovens que cometessem alguma contravenção penal. A CAPEJO não coincidia com nenhum desses dois modelos. Propunha a internação, a educação através do ensino regular e religioso, e o trabalho como eixo moralizador. Se assemelhava mais às escolas de trabalhadores rurais, no entanto, era urbana. Outra particularidade em relação às diversas instituições paranaenses, era a existência de uma poupança individual para qual

parte das vendas dos jornais era destinada e que poderia ser retirada pelo menino ao completar a maioridade.

A CAPEJO abrigava apenas crianças do sexo masculino, tendo espaço para 100 garotos. A instituição se dividia em três departamentos: o Departamento Religioso, a cargo da Arquidiocese de Curitiba, responsável por aulas de catecismo e pelo ministrar de sacramentos e missas em uma capela na própria sede; o Departamento Médico, com uma médica e uma dentista, prestava os primeiros socorros e ensinava noções de higiene aos garotos; e por fim, o Departamento de Educação, que mantinha um pequeno grupo escolar na instituição, com duas salas e 11 professoras que ofertavam os cursos de 1º ao 4º ano do Ensino Primário.

Era mantida através de donativos (recursos financeiros e viveres), auxílios e subvenções do Estado (no âmbito federal, estadual e municipal), aluguel de um prédio denominado *Anita Ribas* que possuía duas lojas e oito salas, produzindo parte substancial da renda da CAPEJO, e pelas chamadas “mensalidades de sócios”, – uma porcentagem sobre a venda de jornais e revistas. E aqui temos uma das peculiaridades da CAPEJO em relação a outras instituições assistenciais: parte das vendas dos jornais pertencia aos pequenos jornaleiros. Se pode compreender essa prática como uma estratégia de disciplinarização para os pequenos jornaleiros, interpretação que será aprofundada no capítulo seguinte. Por ora, se faz necessário ressaltar o trabalho como tônica de um projeto de governo que pretende moralizar as camadas populares.

Visto a existência da CAPEJO durante mais de meio século, foi necessária uma delimitação de período para se compreender essas interações, as práticas, a organização da instituição. A definição do recorte temporal se deu devido a um conjunto de fatores. Encontrou-se fontes documentais produzidas a partir do ano de 1962 sobre os internos na instituição. Todavia alguns meninos tinham sido abrigados em um período um pouco anterior. Optou-se então pelo início do recorte temporal do estudo o ano de 1960. Já o final do recorte temporal em 1978 se deu pelo fato de que no ano seguinte foi outorgado no período da Ditadura Militar um novo Código de Menores no Brasil. Preferiu-se então situar a investigação somente durante a vigência do Código de Menores de 1927.

A potencialidade da fonte no estudo dos pequenos jornalheiros

O procedimento de cadastrar é bastante comum, seja em escolas, institutos, em bancos de emprego, sites, consultórios médicos. Sempre há alguma ficha a se preencher, informações a se coletar – vezes pelo próprio requerente, vezes por algum/a funcionário/a. Dados e mais dados que se tornam registros. Também são compilações de dados os documentos que carregamos conosco – CPF (Cadastro de Pessoa Física), RG (Registro Geral), Certidão de Nascimento, Carteira de Motorista, Título de Eleitor...Nos procedimentos organizacionais de diversas instituições então o processo de identificar e categorizar ocupa posição fundamental. São laudos, registros médicos, psiquiátricos, registros sobre nascimento, filiação, etc. Facetas do poder disciplinar que se inicia com o controle do corpo (FOUCAULT, 2009, p. 80); um registro inicial que se assemelha a uma triagem, realizada em diversas instituições - de saúde, prisionais e até mesmo escolares – e guardadas em pequenos arquivos. Cada nova informação, cada novo boletim, alteração de endereço, exames, receitas médicas, são anexadas a estas pastas individuais.

Essas pastas são os prontuários: documentos que tratam da vida institucional de uma pessoa. Em geral, se usa o termo em relação a documentos médicos, psicológicos e psiquiátricos, mas também se tem recorrido a ele para tratar das trajetórias de sujeitos presos, internados em locais de ressocialização, entre outros. São formulários construídos de acordo com uma lógica institucional própria, mas que “podem permitir construir relações de tempo e espaço e conhecer diferentes formas de vida social a partir de pesquisas e produção de conhecimento” (BASTOS, BRAGA, GUIMARÃES, 2015, p. 04).

Essa tipologia de fontes tem ganhado espaço no Brasil principalmente através das contribuições dos estudos acerca da História Social da Medicina e da História da Psiquiatria.³ Além de inserir novos/as sujeitos aos cuidados do/a historiador/a, tem

³ Entre eles, destaque: FOUCAULT, Michel. **História da Loucura**. São Paulo: Editoria Perspectiva, 2000; PORTER, Roy. **Uma história social da loucura**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1990; LIMA, Renato Sergio de et al. **Crime, polícia e justiça no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2014; BERTOLLI FILHO, Claudio. Prontuários médicos: fonte para o estudo da história social da medicina e da

discutido questões relativas às metodologias de análise e cruzamento de dados, que forneceram importantes subsídios à interpretação das fontes documentais investigadas ao decorrer de minha pesquisa de mestrado.

Quando iniciei o levantamento de fontes documentais em 2015, deparei-me logo com uma dificuldade de pesquisa: não poderia fotografar os prontuários, pois danificava o material, tampouco fotocopiá-los ou digitalizá-los, visto ser uma normativa do Arquivo Municipal de Curitiba quando se tratava de documentos produzidos sobre crianças amparada pela Lei Federal nº 12.527/2011, conhecida como Lei do Acesso à informação, em seu artigo nº 31, que dispõe acerca do tratamento das informações pessoais, que “(...) deve ser feito de forma transparente e com respeito à intimidade, vida privada, honra e imagem das pessoas, bem como às liberdades e garantias individuais.”⁴ A alternativa então foi transcrever cada prontuário, definindo um recorte temporal menos abrangente (eram 7 anos e 30 prontuários a mais na primeira seleção. A pesquisa contou então, com inéditos 98 prontuários transcritos de meninos institucionalizados entre os anos de 1960 e 1978.

Para facilitar a transcrição, criei uma tabela aos moldes da ficha de cadastro dos meninos – quando no momento da admissão, várias informações eram preenchidas a fim de facilitar a identificação do menino e relacionar dados pessoais e familiares. A seguir o modelo de ficha utilizada para o registro da pesquisa:

enfermidade. **História, Ciências, Saúde-Manguinhos**, Rio de Janeiro, v. 3, n.1, p. 173-180, 1996; KUMMER, Lizete. Laudos periciais como fonte para o estudo da história da psiquiatria: a atuação do Manicômio Judiciário do Rio Grande do Sul (1925-1941). **Anais do XXVI Simpósio Nacional de História** – ANPUH. São Paulo, julho 2011.

⁴ BRASIL. LEI Nº 12.527, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2011. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/112527.htm (acesso em 14.08.2017)

Secretaria de Trabalho e Assistência Social		Ficha aluno n.	
Nome do aluno		Data de entrada	Data de saída
Internado pelo <input type="checkbox"/> Juizado de Menores. Ofício n <input type="checkbox"/> Inst. Ass. Ao Menor	Motivo do Internamento	Transferência De: Para:	
Características Nascimento de de 19 Local (munic) (estado) Cúrtis cabelo cõr Olhos nariz Estatura peso Sinais particulares	Pais ou responsáveis Nome do pai Nome da mãe Endereço (munic) (estado) Profissão Nome do responsável Endereço (munic) (estado)	Doc's na pasta <input type="checkbox"/> Cert idade () <input type="checkbox"/> Certif escolar () <input type="checkbox"/> Guia interna () <input type="checkbox"/> Carteira saúde () <input type="checkbox"/> Carteira ident () <input type="checkbox"/> Folha alter () <input type="checkbox"/> Ficha psico () <input type="checkbox"/> Cadern banco () <input type="checkbox"/> Cadern peq jorn () <input type="checkbox"/> Outros docs () <input type="checkbox"/> Certif alistam. () <input type="checkbox"/> Carta-guia ()	
Parentes próximos	observações		

Imagem 1: modelo de ficha utilizada na transcrição das fichas de registro de admissão. Elaborada pela autora.

Após a coleta e transcrição desses dados, eu os organizei em uma tabela no Excel, dividindo-os em Dados Institucionais, Dados sobre a Origem e Familiares e os referentes a Características Físicas. A seguir, eu organizei os dados em gráficos que os tornaram mais palpáveis e visíveis e permitiram acessar diversas informações, dados que os relatórios oficiais ou outras fontes não trariam à tona. Por exemplo, pude identificar a origem desses meninos, os motivos de internamento, número de admissões e desligamentos por ano, os anos de maior número de admissões e desligamentos, a idade que tinham os garotos quando foram internos e, à medida do possível, os motivos de internamento, desligamento e transferências. Foi importante também não só para verificar a clientela da Casa, mas para compreender seu funcionamento e identificar algumas contradições entre o discurso oficial (divulgado pelos jornais e pelos relatórios institucionais) sobre quem atendiam, como cito abaixo.

Em entrevista ao jornal O Estado do Paraná, o diretor da CAPEJO Milton Kafka informou que as fugas eram fortuitas⁵ e em outra afirma que trabalhava em uma instituição ideal, da qual “nenhum menino tentou sair de lá, nem tentou fugir”.⁶ É interessante mencionar que nos jornais paranaenses, se verificou uma positivação da imagem do pequeno jornaleiro e divulgação das atividades da CAPEJO, sendo esta tida como instituição importante e valorosa para a sociedade paranaense. No entanto, ao transformas os dados sobre os desligamentos, percebi que as fugas e transferências por motivos disciplinares eram os motivos principais do rompimento entre a instituição e os garotos.

Motivos de Desligamento	Número de meninos
Transferência	41
Fuga	21
Retorno à família	17
Maioridade	05
Não há documentos	11
Há apenas o ofício	03
	Total: 98

Tabela 1: motivos do desligamento dos pequenos jornaleiros. Fontes: prontuários. Elaborada pela autora.

Outra questão importante que só se acessou através dessa tipologia de fontes, foi a seguinte: o discurso oficial da CAPEJO divulgado pelos relatórios oficiais e principalmente os jornais divulgavam que a instituição atendia meninos órfãos e abandonados. Ao cruzar os dados sobre as configurações familiares, foi possível verificar que a maioria dos meninos internos possuía família e que muitas vezes quem solicitava a colocação na CAPEJO eram os próprios familiares. Foi possível compreender tal questão relacionando-a com o Código de Menores de 1927, que

⁵ Jornaleiro, Casa quer dar a eles uma profissão. **O Estado do Paraná**, Curitiba. 15.12.1972.

⁶ Compra um jornal, tio. **O Estado do Paraná**. Curitiba. 14.12.1980

determinava em seu artigo 31, a possibilidade de suspensão ou perda do pátrio poder: a partir do momento em que o menino estivesse interno, seus pais teriam suspensa sua guarda, que ficaria a cargo do Estado, isto é, o menino seria considerado “abandonado” mesmo que temporariamente, já que sob a tutela do Juizado. E ao atentar a esse dado, foi possível identificar portanto, que a orfandade e o abandono não eram os únicos motivos para a internação, mas que estes eram complexos, relacionando dificuldades financeiras e provações na dinâmica familiar, o abandono, a orfandade e transferências de outras instituições, bem como a oportunidade de instrução e formação educacional.

Colocadas estas questões, saliento que essas fontes proporcionaram traçar trajetórias institucionais desses meninos, compreender dados sobre a organização da CAPEJO, identificar padrões de admissão e desligamento – informações que não poderiam ser acessadas através de outras documentações que foram utilizadas, como reportagens de jornais, relatórios oficiais ou legislações, e que permitem, através de um estudo de uma instituição compreender também parte das políticas públicas para a infância no Paraná. Como afirma a historiadora Viviane Trindade Borges, “(...) o que outrora foi preenchido e guardado apenas para cumprir exigências legais e ordinárias, desvela ao pesquisador a tessitura de um cotidiano de difícil acesso, possibilitando compreender práticas sociais pouco exploradas” (BORGES, 2014, p. 03). Parte do processo corriqueiro de uma instituição que, a partir de outro olhar, adquire outros sentidos. E cabe a nós, historiadores e historiadoras, atribuímos esse outro olhar.

É salutar compreender igualmente os limites da fonte. No caso da investigação da CAPEJO, menciono aqui alguns deles. Primeiramente, os prontuários são pastas de conteúdo variável, ou seja, apesar de que havia um modelo de registro, o restante dos documentos anexos aos prontuários não seguia um padrão. A despeito do tempo de permanência de cada menino na CAPEJO, por exemplo, as pastas contém mais ou menos anexos. Mesmo as fichas amarelas (como a da imagem 1) possuem lacunas diversas. Trabalhando com prontuários psiquiátricos de crianças em Santa Catarina, a historiadora Bruna da Silveira Viana, se deparou com desafios metodológicos semelhantes, compreendendo que as lacunas no preenchimento dos documentos podem indicar o despreparo dos funcionários ou sugerir ainda o seu descaso (VIANA, 2015, p.

69). Já Joseane de Fátima Machado da Silva (2015, p. 75) sugere que o fato de alguns prontuários não possuírem todos os documentos poderia significar uma “flexibilização” em algumas situações. Refletindo sobre as fontes desse trabalho, incluo também a possibilidade de que esta informação faltante tenha sido passada a outra ficha e que esta tenha se perdido entre idas e vindas ao Juizado de Menores, outras instituições e mesmo no processo de arquivamento iniciado pela Prefeitura da cidade de Curitiba.

Assim como toda fonte histórica, os prontuários não possuem em si a verdade definitiva. São também questionáveis a todo tempo, porque nele se encontra a expressão de quem o produziu (BASTOS, GUIMARÃES, BRAGA, 2015, p. 4). Por isso é importante ter em mente que “(...) seu preenchimento está direcionado pelos itens solicitados pela constituição do próprio documento, assim como pelo olhar de quem preenche” (VIANA, 2015, p. 29). Carregados de subjetividade, muitas vezes o documento diz muito mais sobre quem o preencheu do que sobre o discriminado, e sobre o ideário da época – por exemplo, ao citar o fato de que o menino era internado por “desajuste familiar” e “disfunção familiar” que são os termos utilizados para identificar as situações familiares dos meninos, isso diz não só sobre as relações dos meninos com mães e pais, mas também sobre o que a sociedade à época compreendia como uma família, pautada pela norma familiar burguesa.⁷

Há ainda o fato de que o prontuário é uma fonte institucional. Muitas das perguntas que tive durante a pesquisa de mestrado, sobre sociabilidades dos garotos, a relação deles com funcionários e entre si, jogos e brincadeiras, não puderam ser respondidas a partir dessa documentação. Mas elas foram muito importantes ao contribuir com indícios sobre o funcionamento da Casa, sobre quem eram esses meninos e qual era sua origem familiar, entre outros aspectos, como a não-passividade

⁷ Para a historiadora Silvia Arend, essa configuração de família surge inicialmente entre as elites e as camadas médias e caracteriza-se pelo seguinte conjunto de valores e práticas: “pela composição pai, mãe e filhos; pela presença de representações sociais que conformam o chamado amor romântico entre os cônjuges, bem como o amor materno e paterno em relação aos filhos; a sexualidade do casal deveria ser pautada pela prática da monogamia e pelo heteroerotismo; à mulher caberia a administração do mundo do doméstico e a maternagem das crianças, enquanto o homem tornar-se-ia o provedor, atuando no âmbito do público; as relações de parentesco entre os membros da família seriam construídas a partir de dois eixos, isto é, a consanguinidade e a afetividade” (ARENDE, 2007, p. 276).

frente às decisões dos adultos, sejam eles os funcionários, o Juiz de Menores ou mesmo seus familiares.

Considerações Finais

A intenção desse artigo foi relatar um pouco da trajetória de pesquisa que o mestrado oportunizou e levantar algumas reflexões sobre os prontuários e a pesquisa em História da Infância, percebendo a potencialidade dessa fonte para as investigações em nossa área, já que permitem, mesmo que nas entrelinhas, acessas informações não disponíveis em outras documentações.

Quis trazer à tona algumas dificuldades iniciais sobre um tratamento adequado a essas fontes e também sobre encontrar artigos sobre essa tipologia de fonte nas áreas de História Social da Medicina e da Psiquiatria – apesar de saber que um bom número de nossos trabalhos trabalham com fontes documentais de instituições de abrigo, reclusão ou reeducação. Talvez seja preciso realizarmos uma discussão metodológica mais adensada sobre a frutuosidade dessas fontes para a História das Infâncias e Juventudes e compartilharmos nossas carências e anseios quanto a documentos tão interessantes e que têm em si um universo de interpretações.

Arlete Farge afirma que prontuários são “vestígios brutos de vidas que não pediam para ser contadas dessa maneira” (FARGE, 2009, p. 13). Por fim, então, saliento os cuidados éticos e metodológicos que tais fontes necessitam. Em minha pesquisa, pretendi alargar e justapor o que se entende por ética relacionando-a à integridade na pesquisa. Honestidade no tratamento de dados e divulgação do conhecimento (LA FARE, MACHADO, CARVALHO, 2014, p. 252), mas também respeito à confidencialidade das pessoas envolvidas. As fontes aqui problematizadas são documentos sensíveis, que despertam lembranças – recordações que muitas vezes queriam permanecer adormecidas. Nessa pesquisa em particular, visto o seu recorte temporal, muitas das pessoas que tiveram suas vidas justapostas em algum momento à existência da Casa do Pequeno Jornaleiro continuam vivas. Tendo isto em vista, o cuidado com as fontes deve ser redobrado, uma vez que qualquer interpretação pode

chegar a afetar os hoje homens, *ex-pequenos jornaleiros*, suas famílias e memórias – e as famílias e memórias daqueles que já faleceram. Isto posto, os nomes dos meninos, bem como de seus familiares, foram mantidos em sigilo, sendo na dissertação substituídos por outros nomes escolhidos aleatoriamente. Os números de fichas e prontuários permanecerão os mesmos para fins de consulta, possibilitando assim novas abordagens e perspectivas sobre os meninos que cantavam as manchetes de jornal em seu uniforme azul pelas ruas da capital.

Referências Bibliográficas

FONTES

Prontuários de Pequenos Jornaleiros.

FAS 19-13-2-3 Casa do Pequeno Jornaleiro 1962-2002. Cad. “A” Cx 01; Arquivo Municipal de Curitiba

FAS 19-13-2-3 Casa do Pequeno Jornaleiro 1962-2002. Cad. “A” Cx 02; Arquivo Municipal de Curitiba

FAS 19-13-2-3 Casa do Pequeno Jornaleiro 1962-2002. Cad. “A/B” Cx 03; Arquivo Municipal de Curitiba

Relatórios

CASA DO PEQUENO JORNALEIRO. **Relatório anual** 1960. Curitiba, 1960. Acervo da Biblioteca Pública do Paraná

CASA DO PEQUENO JORNALEIRO. **Relatório anual** 1962. Curitiba, 1961. Acervo da Biblioteca Pública do Paraná

CASA DO PEQUENO JORNALEIRO. **Relatório anual** 1961. Curitiba, 1962. Acervo da Biblioteca Pública do Paraná

Imprensa

Jornaleiro, Casa quer dar a eles uma profissão. **O Estado do Paraná**, Curitiba. 15.12.1972.

Compra um jornal, tio. **O Estado do Paraná**. Curitiba. 14.12.1980

Legislação

BRASIL. Decreto número 17943 A, de 12 de outubro de 1927

BRASIL. LEI Nº 12.527, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2011.

AREND, Silvia Maria Fávero. Legislação menorista para o trabalho: infância em construção. (Florianópolis, 1930-1945). **Caderno Espaço Feminino**, v. 17, n. 01, Jan./Jul. 2007

BASTOS, Ana Cristina do Canto Lopes; BRAGA, Monica de Oliveira Moreira; GUIMARÃES, Vinicius. Prontuários de ex- internos no Serviço de Assistência aos *menores* em São Paulo: configurações e possibilidades de estudo e pesquisa. **Anais IV Enadir – Encontro Nacional da Antropologia do Direito**. 25 a 28 de agosto de 2015. FFLCH – USP.

BORGES, Viviane Trindade. “Atenção boa, sentimentos bons e emoções normais”: um olhar sobre os detentos avaliados pela Seção de Medicina e Criminologia da Penitenciária de Florianópolis (1935-1945). **Anais Eletrônicos do 14º Seminário Nacional de História da Ciência e da Tecnologia – 14º SNHCT**. Belo Horizonte, Campus Pampulha da Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG 08 a 11 de outubro de 2014

_____. Um “depósito de gente”: as marcas do sofrimento e as transformações no antigo Hospital Colônia Sant’Ana e na assistência psiquiátrica em Santa Catarina, 1970-1996. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, Rio de Janeiro, v.20, n.4, out.-dez. 2013, p.1531-1549.

FARGE, Arlette. **O Sabor do Arquivo**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009

FONSECA, Cláudia. Que ética? Que ciência? Que sociedade? In: Fleischer, Soraya. (Org.) **Ética e regulamentação na pesquisa antropológica** / Soraya Fleischer, Patrice Schuch (Organizadoras); Rosana Castro, Bruna Seixas, Daniel Simões (Colaboradores) – Brasília: Letras Livres: Editora Universidade de Brasília, 2010

FOUCAULT, Michel. A vida dos homens infames. **Ditos e escritos IV**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010. 203 – 222

_____. **Vigiar e Punir: Nascimento da Prisão**. Tradução de Raquel Ramallete. 37ª edição. Ed. Petrópolis; RJ: Vozes, 2009

LA FARE, Mônica de. MACHADO, Frederico Viana. CARVALHO, Isabel Cristina de Moura. Breve revisão sobre regulação da ética em pesquisa: subsídios para pensar a pesquisa em educação no Brasil. **Práxis Educativa**. Ponta Grossa, v. 9, n. 1, p. 247-283, jan./jun. 2014 Disponível em: <<http://www.revistas2.uepg.br/index.php/praxiseducativa>

PEREIRA, Welson Luis. **O menor e a Moralização pelo Trabalho: Casa do Pequeno Jornaleiro de Curitiba (1943 a 1962)**. Dissertação de mestrado PGHIS-UFPR. Orientadora Judite Maria Trindade. 2009

_____. **O menor abandonado e as políticas de inserção social: Casa do Pequeno Jornaleiro, 1953 a 1962.** Monografia de Conclusão de Curso, Departamento de História, Universidade Federal do Paraná. Orientadora Judite Maria Trindade. 2005.

PROST, Antoine. **Doze lições sobre a história.** Belo Horizonte: Autêntica, 2008

SILVA, Joseane de Fátima Machado. **Cumpra-se e Arquive-se - Histórias da educação de meninas e meninos desvalidos no Estado do Paraná (1940-1969),** Doutorado em Educação – Programa de Pós-Graduação em Educação. Ano de obtenção: 2015. Orientador: Gizele de Souza.

_____. **Abrigar o corpo, cuidar do espírito e educar para o trabalho: Ações do Estado do Paraná à infância do Abrigo Provisório ao Educandário Santa Felicidade (1947-1957),** Mestrado em Educação – Programa de Pós-Graduação em Educação. Ano de Obtenção: 2009. Orientador: Gizele de Souza.

VIANA, Bruna da Silveira. **Um lugar para os ditos anormais: assistência psiquiátrica as crianças e jovens na primeira década do hospital Colônia Sant’Ana (1942-1951)** Dissertação (mestrado) – Universidade do Estado de Santa Catarina, Centro de Ciências Humanas e da Educação, Mestrado em História, Florianópolis, 2015. Orientadora: Viviane Trindade Borges. 145 p.